

[FIESC - GETMS] Informativo Sustentabilidade em Foco nº 89

FIESC <camara.ambiental@fiesc.com.br>
Responder a: FIESC <camara.ambiental@fiesc.com.br>
Para: camara.ambiental@fiesc.com.br

11 de fevereiro de 2026 às 10:19

Visualizar este e-mail [como página web.](#)



Olá Câmara Ambiental,


Confira o Informativo Sustentabilidade em Foco nº 89:

Consulta Pública** Ações Estratégicas Para Gestão Da Zona Costeira de Santa Catarina**

A Secretaria do Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde de Santa Catarina torna público a Consulta Pública do relatório contendo a consolidação dos dados produzidos na Oficina Técnica: Diálogos Setoriais para a Gestão Costeira ocorrida no dia 11 de novembro de 2025, no âmbito da II Conferência da Zona Costeira de Santa Catarina. O relatório final, acrescido das contribuições oriundas deste processo de consulta pública, subsidiará a tomada de decisão no tocante à gestão territorial da zona marinha e costeira. A consulta **FOI PRORROGADA** e está disponível até **20 de fevereiro de 2026**, via formulário eletrônico.

Saiba mais

Contribua aqui

 **Consulta pública ANA nº011/2025 - Norma de Referência sobre diretrizes para o reúso não potável de água proveniente de efluentes da prestação de serviços públicos de esgotamento sanitário**

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) recebe contribuições para a **Consulta Pública nº 011/2025**, que trata da norma de referência sobre diretrizes para o reúso não potável de água proveniente de efluentes da prestação de serviços públicos de esgotamento sanitário. O objetivo é colher contribuições da sociedade para o aprimoramento do processo de elaboração de Norma de Referência sobre diretrizes para o reúso não potável de água proveniente de efluentes da prestação de serviços públicos de esgotamento sanitário. As contribuições podem ser enviadas até **26 de fevereiro de 2026** pelo Sistema de Participação Social nas Decisões da ANA.

Saiba mais

Contribua aqui

 **Requisitos e procedimentos para retirada dos rejeitos resultantes da triagem das embalagens de plástico**

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) abriu a **Consulta Pública GM/MMA nº 2/2026**, que trata dos requisitos técnicos e dos procedimentos operacionais para a retirada de rejeitos resultantes da triagem de embalagens plásticas, conforme previsto no Decreto nº 12.688/2025. A iniciativa é relevante para as empresas que têm responsabilidade na logística reversa de embalagens de plástico. A consulta **FOI PRORROGADA** e ficará aberta até **28 de fevereiro de 2026**, por meio da plataforma Brasil Participativo.

Saiba mais

Contribua aqui


 **Índice de Reciclabilidade das Embalagens de Plástico - IREP**

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) abriu a **Consulta Pública GM/MMA nº 3/2026**, que trata da proposta de portaria que institui o Índice de Reciclabilidade das Embalagens de Plástico, previsto no art. 43 do Decreto nº 12.688/2025. A iniciativa é relevante para empresas e entidades responsáveis pela logística reversa, pois estabelece critérios para avaliar o potencial de reciclagem das embalagens e incentivar a economia circular. A consulta

FOI PRORROGADA e ficará aberta até **28 de fevereiro de 2026**, por meio da plataforma Brasil Participativo.

Saiba mais

Contribua aqui

 **Regulamentação dos procedimentos e exigências relacionadas ao controle de importação de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal**

A Coordenação de Controle de Resíduos e Emissões (Corem), abriu consulta pública sobre a Proposta de Instrução Normativa que disciplina a gestão de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal, para que sociedade civil, empresas e especialistas contribuam. A Instrução Normativa estabelece as exigências, os procedimentos e os limites anuais máximos relacionados ao controle das importações de Hidroclorofluorcarbonos (HCFC), Hidrofluorcarbonos (HFC) e de misturas que os contenham, bem como as disposições gerais de controle aplicáveis às demais substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal. As sugestões e contribuições poderão ser enviadas até o dia **28 de fevereiro de 2026**, por meio da plataforma Brasil Participativo.

Saiba mais

Contribua aqui

 **Plano de Ação Nacional de Ar Limpo e Clima para a Redução de Poluentes Climáticos de Vida Curta (PCVC)**

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, abriu um processo de tomada de subsídios para receber contribuições da sociedade civil, do setor privado, dos governos subnacionais, da academia, de organizações da sociedade civil e de organismos internacionais, com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Ação de Ar Limpo e Clima para a Redução de Poluentes Climáticos de Vida Curta. O plano integra ações de qualidade do ar e de clima para enfrentar simultaneamente a poluição atmosférica e as mudanças climáticas, promovendo benefícios ambientais, sociais e econômicos. As contribuições podem ser enviadas **até 6 de março de 2026**, via formulário eletrônico ou pelo e-mail dqa@mma.gov.br.

Saiba mais

Contribua aqui

Edital PLP N° 180/2024 - Chamamento Público Contratação de Empresa para Prestação de Serviço

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN publicou o Edital de **Chamamento Público PLP nº 180/2024** voltado à seleção de propostas de modelagem de parceria para implantação de tecnologia destinada à valorização dos resíduos sólidos de saneamento (lodo) provenientes das ETEs Canasvieiras, Insular e Ingleses, com foco na produção de insumo com valor agregado e reaproveitamento de água. O chamamento busca incentivar a apresentação de Planos de Negócio e soluções técnicas inovadoras, promovendo viabilidade técnica, ambiental e econômico-financeira para o aproveitamento do lodo gerado no saneamento. A entrega dos envelopes, solicitados no edital, deverá ocorrer até **31 de março de 2026**, às 09h, e a abertura das propostas está prevista para o mesmo dia, às 10h

[Saiba mais](#)

[Acesse o Edital](#)

Legislação

Instrução Normativa IBAMA nº 4, de 29 de janeiro de 2026

Órgão: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Altera a Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2 de junho de 2023.

[Clique aqui](#)

Portaria IBAMA nº 15, de 30 janeiro de 2026

Órgão: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dispõe sobre o restabelecimento do procedimento de adesão à conversão de multas ambientais, suspenso em razão da Portaria Ibama nº 109, de 5 de agosto de 2025, e dá outras providências.

Clique aqui

Notícias

Descarbonização deixa de ser diferencial e passa a ser requisito no comércio com a UE

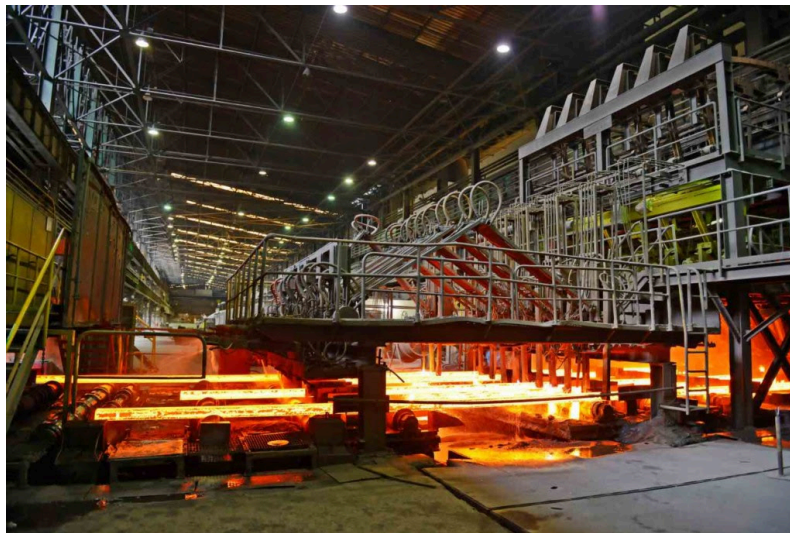


Na **Reunião Híbrida da Câmara de Meio Ambiente e Sustentabilidade da FIESC**, realizada em 27 de janeiro de 2026, foram debatidos temas estratégicos da agenda ambiental da indústria. A programação incluiu a apresentação sobre o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira da União Europeia (CBAM) e seus impactos para as indústrias de Santa Catarina e do Brasil, além da exposição da plataforma WEEN ESG, voltada ao apoio às empresas na adoção de práticas ambientais, sociais e de governança. Também foram abordados os padrões e parâmetros para o lançamento de efluentes líquidos industriais, com base na **Resolução CONSEMA nº 299/2024**, destacando requisitos técnicos, monitoramento ambiental e a importância da educação ambiental para a correta gestão, prevenção de impactos e conformidade legal.

Saiba mais

Assista a Reunião

Indústria brasileira tem dificuldade para financiar descarbonização, diz estudo



A indústria brasileira enfrenta dificuldades para financiar a descarbonização em larga escala, apesar de contar com uma matriz energética majoritariamente limpa, segundo um estudo da WayCarbon e do WRI Brasil. O levantamento identifica gargalos no acesso a recursos financeiros climáticos, especialmente nos setores de difícil abatimento, como aço, cimento, química, alumínio, vidro e papel e celulose, devido a desafios regulatórios, políticos, financeiros e aos altos custos das tecnologias de baixo carbono. O atual ecossistema de financiamento concentra-se em bancos públicos como o BNDES, criando um descompasso entre a demanda da indústria e a oferta de fundos, com escassez de recursos não reembolsáveis e do envolvimento de capital privado. **Fonte:** Eixos.

Saiba mais

Plano Clima resíduos: coleta em 3 frações e biodigestão nas metas



O Plano Clima, do Governo Federal do Brasil, entre suas prioridades relacionadas a resíduos e efluentes, a prevenção ao desperdício de alimentos, a expansão da coleta seletiva em três frações (orgânicos compostáveis, recicláveis secos e rejeitos), o aumento da compostagem e da biodigestão de resíduos, e o aproveitamento energético do biogás de aterros e estações de tratamento. Essas ações fazem parte de um conjunto de metas que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ajudando o Brasil a cumprir seus compromissos no Acordo de Paris e a chegar à neutralidade de carbono até 2050, com metas intermediárias de queda de emissões até 2030 e 2035. O plano também detalha outras medidas, como universalizar o tratamento de esgoto, reestruturar aterros controlados e fomentar economia circular e desenvolvimento tecnológico para gestão de resíduos. **Fonte:** Poder 360.

Saiba mais

Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa Catarina



programascaguas ...

Programa SC Águas

24 posts 197 seguidores 258 seguindo

- 💧 Fortalecimento da gestão dos recursos hídricos
 - 📍 Santa Catarina
 - 🤝 Parceria @semaegovsc + @profagua.udesc
 - 📄 Comitês de Bacia | Pesquisa e Inovação
- www.aguas.sc.gov.br e mais 1

O perfil de instagram **@programascaguas** no Instagram reúne notícias, ações e informações sobre a gestão dos recursos hídricos em Santa Catarina e sobre o trabalho dos Comitês de Bacias Hidrográficas do estado. O Programa SC Águas é uma iniciativa do Governo de Santa Catarina, coordenada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE), que fortalece os comitês por meio de apoio técnico, científico e institucional. Siga **@programascaguas** e acompanhe as atualizações.

Saiba mais

Nota conjunta de entidades representantes dos catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis sobre as alterações da reforma tributária



Entidades representativas dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, como a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a União Nacional de Catadores do

Brasil (UNICATADORES), manifestaram preocupação com as alterações decorrentes da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023). A reforma encontra-se em fase inicial de implementação, sendo 2026 o início do período de transição para o novo regime tributário. Nesse período, a alíquota de 1% do IBS e da CBS poderá ser compensada no recolhimento do PIS e da Cofins, não havendo, portanto, alteração imediata da carga tributária. Assim, mudanças nos preços atualmente pagos pelos materiais não se justificam com base na reforma. As entidades destacam ainda riscos à economia circular e à sustentabilidade econômica da categoria. **Fonte:** Ancat.

Saiba mais





**PLANO
SUSTENTABILIDADE
PARA A COMPETITIVIDADE
DA INDÚSTRIA
CATARINENSE**

Federação das Indústrias do Estado
de Santa Catarina – FIESC

Gerência Executiva de Assuntos de
Transporte, Logística, Meio Ambiente
e Sustentabilidade – GETMS

Rod. Admar Gonzaga, 2765 – Itacorubi,
Florianópolis – SC, 88034-001

 48 3231-4106

 fiesc_getms

FIESC

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

fiesc.com.br/sustentabilidade

Enviado por FIESC

Rod. Admar Gonzaga, 2765 Florianópolis/SC - 88034-001.

Se deseja não receber mais mensagens como esta, [cancele sua inscrição](#).